



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

34

Quarta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 326120-3

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravados: Sara Cristina Santana Fonseca de Andrade e outros

Relator substituto: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO À AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. INTERVENÇÃO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INTERESSE DE ENTE FEDERAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Recurso manejado contra decisão terminativa que, em sede de decisão monocrática, negou seguimento à Agravo de Instrumento (art. 557, caput, do CPC).
2. O Superior Tribunal de Justiça em julgamento proferido nos EDcl nos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, reconheceu que o interesse da Caixa Econômica Federal, como assistente simples, apto a deslocar a competência dos feitos relativos a seguro habitacional para a Justiça Federal, está sujeito a algumas condições, a saber: a existência de apólice pública; a prova de comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA.
3. Embora os contratos de seguro sejam do Ramo 66, não restou provado o comprometimento do FCVS, consoante dicção da Lei nº 12.409/2011. Condições não verificadas, no caso dos autos.
4. A documentação carreada aos autos pela ora recorrente, igualmente não se apresenta hábil a comprovar a situação deficitária do FESA e nem comprometimento do FCVS, porquanto se cuidam de pareceres emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, sem que haja comprovação de que o balanço patrimonial do Fundo tenha sido auditado por órgão de controle interno ou externo, que concluísse por situação deficitária.
5. Não reconhecida a pretensão recursal, ante a ausência de requisitos legais, não é competente a Justiça Federal, portanto não há ofensa ao art. 109, da Constituição Federal.
6. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento no sentido de que, quando a questão já tiver sido decidida reiteradas vezes, inaplicável o Enunciado nº 150 da Súmula do STJ, e desnecessária a remessa do feito para

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

T35
✓

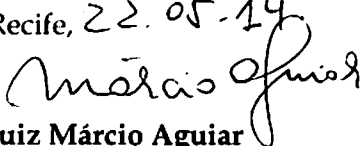
o Juízo Federal. Não há negativa de vigência aos artigos 113, 301, II §4º do CPC.

7. A matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a seguradora elemento apto a modificar o posicionamento adotado.

8. Recurso improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal no Agravo de Instrumento nº 326120-3, em que figuram como agravante Sul América Companhia Nacional de Seguros e como agravados Sara Cristina Santana Fonseca de Andrade e outros. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, negar provimento ao recurso, na conformidade do relatório e voto, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este aresto.

Recife, 22.05.14.

Juiz Márcio Aguiar
Relator substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

536
df

Quarta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 326120-3

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravados: Sara Cristina Santana Fonseca de Andrade e outros

Relator substituto: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros em face de decisão terminativa exarada nos autos do Agravo de Instrumento proposto contra Sara Cristina Santana Fonseca de Andrade e outros, que lhe negou seguimento, nos termos do art. 557, caput do CPC (fls. 437/442).

A agravante, em seu recurso (fls. 445/466) reitera a incompetência absoluta da Justiça Estadual, por força do Art. 1º, da Lei nº 12.409/2011, art. 47, 113 e 301, I, do CPC; arts. 5º, LIII e 109, I da CF/88, além das Súmulas STJ 150 e 327. De conseguinte, a competência absoluta da Justiça Federal, por conter interesses afetados à CEF e à União, já que se discute apólice pública integrante do SFH (Ramo 66).

Aduz que restou demonstrado interesse da CEF e da União, já que diretamente afetados, diante do comprometimento da reserva técnica do FCVS, para a formação do litisconsórcio passivo necessário.

Em seus requerimentos pretende, em juízo de retratação, a reforma da decisão agravada, ou seja apreciado o recurso pelo Órgão colegiado, com o acolhimento das suas razões e reforma da decisão agravada.

É o relatório.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão interlocutória (fls. 80/85) da lavra do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Olinda, nos autos da Ação de Indenização Securitária nº 0010737-71.2011.8.17.0990, proposta por Sara Cristina Santana Fonseca de Andrade e outros.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

537
V

A aludida decisão foi no sentido de que tratando-se de relação jurídica que envolve somente os segurados e a seguradora, em que se busca o cumprimento da obrigação, sem afetar interesses da União e/ou da CEF, entendeu ser competente a Justiça Comum Estadual, indeferindo o pedido da ré. Não havendo necessidade de remessa dos autos à Justiça Federal para aferição de seu interesse ou não no feito (fls. 80/85).

A seguradora prossegue em seu intento e alega a competência absoluta da Justiça Federal a partir da edição da Lei nº 12.409/2011, por entender restar evidenciado o interesse de entes públicos federais, da Caixa Econômica Federal e União, na condição de litisconsortes necessários.

Pretende a seguradora demonstrar nos autos que as indenizações decorrentes do SFH afetam as reservas do FESA/FCVS, circunstância ratificada através das Resoluções nº 314 e 318, editadas em 2012, do Conselho Curador do FCVS.

No alcance de demonstrar o revelado comprometimento, a seguradora trouxe aos autos Parecer do Tesouro Nacional (fl. 324) e as Resoluções nº 314 e nº 318.

Pugna pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso e, no mérito, o seu provimento, para que "seja declinada a competência para a Justiça Federal, determinando-se por corolário a redistribuição do feito", conforme fl. 18.

Em decisão de fls. 359/360, foi determinado à agravante que juntasse certificação do TCU, acerca do comprometimento das reservas técnicas do FESA e DCVS, através de balanço anual nas contas dos referidos órgãos.

A seguradora, ora agravante, acostou aos autos, mais uma vez o Parecer do Tesouro Nacional nº 675/2013 (fls. 394/405) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (fls. 407/425) e as Resoluções nº 314 e nº 318.

É o que, em suma, importa relatar.

Examino.

Cinge-se a controvérsia, à presença ou não de prova documental do interesse jurídico da CEF, mediante demonstração da existência do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA.

Constata-se que não há nos autos prova suficiente do comprometimento do FCVS, consoante assentado no já referido julgado paradigma que pôs fim às dúvidas suscitadas nos referidos processos envolvendo seguro habitacional vinculado ao FCVS.

Realce-se que no julgamento proferido nos EDcl nos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, reconheceu a existência de interesse jurídico para a Caixa Econômica Federal ingressar no feito, como assistente simples, somente

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

538
DF

nos contratos celebrados de 02.12.1998 a 29.12.2009 e nas hipóteses em que o contrato estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (Apólices Públicas - Ramo 66).

Independentemente do caráter público ou privado da apólice dos autores, não deve ser reconhecida, no presente caso, a competência da Justiça Federal.

Isto porque a situação fática em questão apresenta-se diversa daquela que embasou o julgamento dos EDcl no EDcl no REsp nº 1.091.393/SC. A propósito, transcreve-se o conteúdo do acórdão, in verbis:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, a Caixa Econômica Federal - CEF - detém interesse para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1998 a 29.12.2009 - período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (apólices Públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo o Tribunal Estadual concluído pela ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes.

(EDecl nos EDecl no REsp nº 1.091.393, Relator: Ministra Nancy Andrighi. 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Julgado em 10/10/2012).

mf

Assim, percebe-se que o reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça do interesse da Caixa Econômica Federal, apto a deslocar a competência dos feitos relativos a seguro habitacional para a Justiça Federal, está sujeito a algumas condições, a saber: a existência de apólice pública; a prova de comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

539
df

Delimitou-se, ainda, que a CEF ingressaria no processo como assistente, pois nos seguros habitacionais inexistente relação jurídica entre o mutuário e a CEF (na qualidade de administradora do FCVS e no estado em que se encontrar o feito, aproveitando-se os atos já praticados, nos termos do art. 50, parágrafo único, do CPC).

Ademais, registre-se, por oportuno, que o seguro habitacional é um contrato de natureza privada, referente à seguradora e mutuário, conquanto pacto acessório ao contrato de financiamento de agente financeiro estatal, pelo que não justifica o ingresso da Caixa Econômica Federal no pólo passivo pela Caixa Econômica Federal, quando posteriormente, poderá a seguradora regressivamente buscar o que pagou.

Registre-se, ademais, que em que pese a Súmula 150 do Superior Tribunal de Justiça dizer que "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença de ente federal, no processo, da União, suas autarquias ou empresa pública", o Superior Tribunal de Justiça já pacificou entendimento no sentido de que, quando a questão já tiver sido decidida reiteradas vezes, inaplicável o Enunciado nº 150 da Súmula do STJ, e desnecessária a remessa do feito para o Juízo Federal.

Em recente decisão em Conflito de Competência nº 119.429/RS, instaurado entre o Juízo Federal e Juízo Estadual julgado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, restou mais uma vez reconhecida a competência da justiça estadual para o processo e julgamento de tais demandas.

No teor do voto, restou consignado que "O juízo federal, em mais de uma oportunidade, reconheceu que a CEF não tem interesse em integrar a presente lide, tendo as partes, especialmente sua principal interessada, a Caixa e a CEF, deixado de se irresignar contra tais decisões".

Resta mais do que evidenciado que não há porque remeter o processo à Justiça Federal para pronunciamento sobre o aludido interesse, quando em diversas oportunidades, em feitos assemelhados, já foi explicitada a inexistência de interesse da CEF e da União.

Cumprido transcrever o acórdão referido, extraído do julgamento do ED no CC 119.429/RS:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE SEGURO HABITACIONAL ADJETO A CONTRATO DE MÚTUO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CEF RECONHECIDA EM MAIS DE UMA OPORTUNIDADE PELA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Não identificados nos embargos quaisquer dos vícios previstos no art. 535 do CPC, mas evidente propósito reformador, é de se lhes conhecer como agravo regimental. 2. Jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que compete à Justiça Federal "decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas" (En. 150/STJ). 3. Reconhecimento, em duas oportunidades, da inexistência de

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

540

interesse da CEF, não tendo as decisões sido objeto de recurso pela interessada ou pela seguradora. 4. "O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior." (Edcl no Edcl no REsp 1.091.363/SC) 5. Aplicação das Súmulas 150, 224 e 254/STJ. 6. CONHECIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COMO AGRAVO REGIMENTAL, NEGANDO-LHE PROVIMENTO". (EDcl no CC 119.429/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 17/06/2013)

"AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL. DISCUSSÃO ENTRE SEGURADORA E MUTUÁRIO. NÃO COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS (FCVS). APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DESTE STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O julgamento do REsp nº 1.091.363/SC, representativo de causas repetitivas, assentou o entendimento de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento." 2. O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos. 3. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no CC 117.093/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/03/2013, DJe 15/03/2013)

Assim, pelos argumentos expostos, constatado que não restou demonstrado o interesse jurídico, mediante demonstração do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA.

Registre-se, por oportuno, que a documentação carreada aos autos pela ora recorrente, após a interposição do agravo de instrumento, igualmente não se apresenta hábil a comprovar a situação deficitária do FESA e nem comprometimento do FCVS, porquanto se cuidam de pareceres emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, sem que haja comprovação de que o balanço patrimonial do Fundo tenha sido auditado por órgão de controle interno ou externo, que concluísse por situação deficitária.

Considerando que a gestão orçamentária do FCVS cabe ao TCU, no exercício do controle interno (art. 74, II, CF), imprescindível a certificação do comprometimento das reservas técnicas do FESA e DCVS, através de balanço anual nas contas dos referidos órgãos.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

É certo que o balanço é a realidade contábil das forças financeiras do FCVS, com declaração do TCU, responsável pelas contas da União. Motivo pelo qual far-se-ia mister uma demonstração exauriente do "concreto" comprometimento das reservas, o que não foi demonstrado.

Nesse sentido, com força nos argumentos acima esposados, bem como no posicionamento jurisprudencial a respeito do tema, entendo que a r. decisão exarada pelo Magistrado *a quo* deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Em assim sendo, verificando que o presente recurso se acha em confronto a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça, nego-lhe seguimento, nos precisos termos do caput do art. 557 do Código de Processo Civil, mantendo inalterada a decisão agravada.

Publique-se. Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, archive-se.

Recife, 31 de março de 2014.

Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo a seguradora recorrente em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado.

De acordo com a fundamentação esposada, já foi devidamente esclarecido o pelo então Relator, o descabimento do ingresso da Caixa Econômica Federal e da União como litisconsorte necessário. E de consequência, não há falar em remessa dos autos à Justiça Federal.

Vê-se, portanto, que a questão não merece mais ilações, afigurando-se acertada a decisão recorrida exarada.

Isto posto, o meu voto é improvendo o presente recurso, em ordem de manter incólume a decisão agravada.

É como voto.

Recife, 22 05 14

Márcio Aguiar

Juiz Márcio Aguiar

Relator substituto